O sentido ético da dramática de si e o significado político da poética da diferença na pragmática do ensino: considerações à luz de Foucault

Pedro Angelo Pagni*

Resumo

Este ensaio aborda a temática da poética na atividade docente e discute as suas possibilidades para se pensar o sentido ético-formativo e o seu eventual uso político para propor alternativas a uma práxis educativa que se restringe, na atualidade, a uma pragmática do ensino. Do ponto de vista da estética da existência, propõe, para tanto, uma particular noção de poética, bastante próxima ao que pode ser entendido pela dramática que subjaz à pragmática de si no último Foucault, assim como analisa suas possibilidades para que esta problematize a atual pragmática do ensino. Assim, vislumbra-se auxiliar o educador a pensar tanto a possibilidade ética de sua (auto)transformação quanto o sentido da formação do outro em sua atividade educativa.

Palavras-chave: Poética. Pragmática de si. Práxis educativa. Foucault.

O sentido ético da dramática de si e o significado político da poética da diferença na pragmática do ensino: considerações à luz de Foucault

Este ensaio aborda a temática da poética na atividade docente e discute as suas possibilidades para se pensar em seu sentido ético-formativo e em seu eventual uso político para resistir a uma práxis educativa que se restringe, na atualidade, a uma pragmática do ensino. A escolha desse tema justifica-se porque, embora a produção bibliográfica acerca tanto do diagnóstico dessa restrição da práxis educativa ao ato performativo do ensino quanto da busca em criticá-la em razão da perda de seu sentido ético-formativo tenham se ampliado nos últimos anos no âmbito da Filosofia da

Recebido: 19/08/2013 – Aprovado: 13/12/2013 http://dx.doi.org/10.5335/rep.v21i1.3874

Mestre em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994), doutor em Educação (1999) e livre-docente (2011) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail pagni@terra.com.br.

Educação, raros estudos preocuparam-se em discutir o papel ocupado pela poética na atividade docente. Os poucos que o fizeram com maior profundidade, tais como David Hansen (2004) e Fernando Bárcena (2004), abordaram-na ora como um instrumento da razão ou do gênero da linguagem literária, ora como constitutiva da formação da subjetividade, concebendo-a, respectivamente, como um elemento qualitativo que unifica a experiência educacional do sujeito, motivando seu crescimento, ou como constitutiva de um processo em que o ser procura exprimir-se, apresentando o que escapa da linguagem articulada, presentificando o que lhe falta e transformando a si mesmo por meio desse experimento do pensar. Com vistas a contribuir para o desenvolvimento dessa segunda perspectiva teórica, sem desconsiderar a sua característica como gênero da linguagem, mas privilegiando a sua relação com a ética ou, melhor dizendo, a face etopoiética da práxis educativa, proponho, nesta ocasião, construir uma particular noção de poética, ao aproximá-la da dramática que subjaz à pragmática de si no último Foucault, assim como discuto as possibilidades de essa aproximação colaborar na problematização da atual pragmática do ensino, auxiliando o educador a nela vislumbrar tanto a possibilidade ética de sua (auto)transformação quanto o sentido da formação de outrem. Do ponto de vista da estética da existência, assim, argumento pela tese de que a poética, compreendida nesses termos, poderia ser utilizada politicamente como uma forma de resistência à restrição da atividade docente a uma pragmática do ensino, discutindo uma dimensão ético-formativa da práxis educativa por ela abandonada e esquecida no presente.

Para tal propósito, num primeiro momento deste ensaio, procuro situar de modo bastante breve, genealogicamente, as formas como a poética aparece na Antiguidade Clássica, particularmente no âmbito dos projetos filosófico-formativos de Platão e Aristóteles, tomados como exemplos para se compreender a sua aparição tanto como um instrumento da razão quanto como uma prática ascética, responsável pelo cultivo da alma ou pela potencialização da vida. Na segunda parte, infiro o modo rudimentar como, em obras anteriores a 1980, Michel Foucault recorre a uma espécie de poética como gênero da linguagem literária em seus escritos sobre literatura, assim como, de um modo mais abrangente e preciso, analisa em seus últimos ensaios e cursos, no Collége de France, a dramática que subjaz a uma pragmática de si, que poderia aproximar-se da poética como um processo em que o ser se perfaz, transformando-se. Nas duas primeiras partes, o principal argumento que desenvolvo é o de que, com a conversão da práxis educativa em uma pragmática do ensino ou da aprendizagem, a dramática de si poderia potencializar a discussão sobre essa dimensão ético-formativa e, politicamente, ser utilizada no sentido de resistir à atual perda de seu sentido na atividade educativa¹, provocando os docentes que a empreendem a pensá-la. Para justificar essa tese, na última parte deste ensaio, recorro às noções foucaultianas de bloco de capacidade-comunicação-poder para caracterizar a instituição escolar e o que a faria, na atualidade, restringir-se a práticas de comunicação, assim como ao entendimento desse autor, em seu curso Hermenêutica do sujeito, da pedagogia e da psicagogia como uma genealogia dessas práticas que, na modernidade, delinearam-se como uma arte pedagógica de governo da infância². Com base nessas noções e na interpretação de Foucault sobre a dramática subjacente à pragmática de si, discutirei o problema do esvaziamento ético-formativo representado pela pragmática do ensino ou da aprendizagem na atualidade, provocando os educadores a pensar nessa dimensão ético-poética de sua própria atividade e, sobretudo, no profundo significado político compreendido por esse ato, expresso nessa sua atitude, no presente.

Faces poéticas dos projetos formativos da Antiguidade: aproximações genealógicas

Desde que os poetas foram expulsos da República ideal platônica, a poética parece ter ocupado um lugar secundário, desprivilegiado, na ordem das razões e da ação formativa. Tal desprestígio evidencia-se no modo como a poética foi concebida, na Antiguidade, nos dois sentidos em que foi elaborada. Um deles refere-se à técnica que permite transformar o não ser em ser, graças à confecção de um objeto real pela mimetização das formas ideais. O outro sentido estabelece a poética como um modo de fazer dessa técnica um dos caminhos da comunicação do humano com o divino, por meio de uma ascese em direção à revelação deste último à alma do primeiro e de sua possível salvação. Embora, nesse último sentido, se aproximasse de uma das tarefas para as quais fora criada a Filosofia, na Antiguidade, a poética tinha uma especificidade: a de dar forma a um objeto no processo de sua produção e levar a catarse àqueles a quem se destinasse, ou, então, como ocorre em algumas artes como o teatro, proporcionar que o seu produto, ao imitar as virtudes humanas ditas excelentes, comovesse os seus destinatários, convidando-os a refletirem sobre as suas próprias condutas.

Nesse último caso, pode-se dizer que a poética também se caracteriza por uma função moralizante, assumindo um papel eminente formativo na *Paideia*, sobretudo se observarmos como esta foi concebida por Platão e Aristóteles. Para ambos, em resumo, a poética apresenta-se como constitutiva, mas se hierarquiza secundariamente em relação ao papel destinado por outras racionalidades em suas concepções formativas, dependendo do modo como a interpretemos, especialmente se a interpretação acentuasse o privilégio do uno sobre o múltiplo da razão nesses projetos filosóficos. Nessas circunstâncias, o papel formativo da poética se subordinaria ao exercício do diálogo e da dialética, que conduziriam o homem à contemplação das

ideias verdadeiras e à adoção das virtudes morais, no caso de Platão; e ao trabalho lógico-analítico das proposições e à adoção de uma ética das virtudes, consideradas excelentes para orientar a sua conduta na vida pública, no caso de Aristóteles (MATOS, 1997). O que se percebe, contudo, é que ambos realizam dois movimentos comuns entre eles.

Em um primeiro movimento, o objeto da produção poética, a sua transmissão e o efeito que provoca em quem o contempla, deixa de cumprir seus objetivos específicos para se converter em meios para realização de fins ou ideias considerados superiores, porque verdadeiros. Nesse movimento, uma pragmática integraria o objeto da produção poética a uma ordem lógica ou a uma racionalidade única, para que, ao transmiti-lo, a sua recepção sensível fosse direcionada à contemplação das ideias e aos seus efeitos catárticos. Seja pelo seu controle pela alma racional, seja pela sua subordinação ao intelecto puro, tal recepção propõe-se a promover em seu destinatário uma eventual ascese a um nível superior da espiritualidade ou a transformação em ato das suas potencialidades superiores para que o homem melhor conduzisse a sua existência. Desse modo, a poética pode ser entendida como uma techné para o cultivo da alma ou da vida.

Em um segundo movimento, a pragmática constituiu-se em um conjunto de práticas específicas, associadas à transmissão/comunicação da verdade contida nesse objeto fabricado, para uma ação refletida não somente em direção a si mesmo, como também destinada à realização do Bem ou, em uma palavra, de uma práxis humana, nesse caso, destinada à formação de outrem. Ao apoiar-se em uma única racionalidade em detrimento dos múltiplos instrumentos da razão, por exemplo, subordinando a poética à dialética ou à lógica-analítica ou à retórica, para conferir-lhe unidade, uma pragmática específica constitui-se, excluindo-a dessa práxis, porque as outras racionalidades possuem regras que não a apreendem ou, caso se subordine a elas, enquadram-na a uma hierarquia, uma ordem e uma racionalidade previamente estabelecidas. Se compreendermos que tal práxis, dominada por uma restrição pragmática, se exerce na ação formativa para privilegiar seus sentidos político e ético, tal como se observa nas obras de Platão e Aristóteles, respectivamente, para aproximá-la, também respectivamente, da práxis e da pragmática, a poética constitui-se em uma dimensão apartada, excluída, quando não subordinada a uma razão absoluta, nem por isso desprezada por esses filósofos, porém, consistindo suas obras em objeto de uma análise específica e de uma discussão acerca de sua concorrência com a Filosofia e sua relação com o pensar.

Em tais configurações dos projetos formativos da Antiguidade, não há, propriamente, um pensar poético, ou, então, uma poética do pensar, mas um pensar que a subordina, propondo uma racionalidade única que é tensionada por esse instrumen-

to da razão. A poética constitui-se, então, como parte de uma multiplicidade que não se acomoda nem se refreia, dando o que pensar a qualquer um que deixe essa face sensível, afetiva, traumatizando a ordem racional estabelecida, que pode ou não ter uma continência terapêutica da filosofia. Tensão semelhante está presente nas poesias de San Juan de La Cruz e Santa Tereza d'Ávila, durante o período medieval, porém, relacionada ao mistério ou à mística e, particularmente, ao entendimento da poética para exprimir uma determinada experiência singular que, ao ser refletida, testemunha a relação do homem com Deus. Não vem ao caso discutir a configuração dessa tensão nesses poetas místicos3, até porque não me sinto em condições de fazê-lo neste ensaio, mas interessa, além de mencioná-la, acrescentar que alguns estudiosos da Filosofia Antiga, como Pierre Hadot (2009), teve esse objeto de estudo como ponto de partida para chegar à compreensão de uma Filosofia como exercício espiritual ou como arte do viver. O que importa destacar é que essa concepção filosófica configura outra versão da poética que, no limite, interpreta a vida como uma espécie de filosofia que recorre à poética para fazer da existência um objeto próprio da arte. Tal concepção emprega o pensar como meio para dar forma e sentido à vida, como instrumento que colabora para a expressão do ser no mundo e como um dos recursos da transformação de si, de um pensar-se ou de um expressar-se. Nessa versão, a tensão entre a filosofia e a poética acentua-se para dar lugar, nos termos em que foi explorado por Michel Foucault (1995) e de um modo diferente de Pierre Hadot (2002; 2009)4, como uma arte ou uma estilística da existência, isto é, de uma vida que se escolhe viver, fazendo-se dela uma obra de arte.

Para tal propósito, como demonstrado por Pagni (2011a), é necessário que se mobilize uma atitude para conduzir a vida e se constitua uma ética que dê sentido à existência, na relação conflituosa com a moral instituída, e procure formar, ainda que provisoriamente, o sujeito, colocando-o em devir em razão das variações da substância constituída e das vicissitudes provocadas pelos acontecimentos. Essa concepção poética, no entanto, advém no projeto foucaultiano não apenas da interpretação dos filósofos gregos, romanos e cristãos, como também de sua posição em relação ao discurso filosófico da modernidade e, poder-se-ia acrescer, à literatura moderna, nos escritos anteriores aos anos 1980.

Uma possível poética da diferença e seu lugar na pragmática de si foucaultiana

A posição de Foucault (1984) em relação à Filosofia é demarcada quando assume a sua prática filosófica como alinhada à *ontologia do presente*, estabelecendo como desafio do pensar um diagnóstico radical do tempo presente para que advenha uma atitude crítica movida pelo acontecimento daí emergente e das vicissitu-

des de uma vida administrada sobre a qual se dobra o sujeito que a mobiliza. Por sua vez, no caso da literatura, o papel que ocuparia seria um lugar de destaque na experiência de si desse sujeito, ficcionando a realidade e o autor como alguém que a experiencia, criando modos de subjetivação outros a partir de sua produção artística. A poética entraria aí, no âmbito da literatura, não apenas como sinônimo de criação, tal qual advogado pela modernidade, como também, e principalmente, de transgressão da realidade e, quem sabe, de uma recriação de si do escritor.

Pode-se dizer que essas tarefas da poética, analogamente, ocupariam o centro dos processos de subjetivação, da atitude crítica que preside a ação do sujeito e das práticas de liberdade que o movem, constituindo-se no núcleo de uma tradição à qual se filia Michel Foucault e na qual suas práticas filosóficas alinham-se à literatura. Graças a esse alinhamento e àquela filiação, o filósofo francês contrapõe-se à crítica não apenas como um recurso epistemológico da razão subjetiva, que necessita de um sujeito transcendental para sustentar-se, como também às perspectivas contemporâneas que tentam restituir essa figura como fundante desse discurso filosófico da modernidade. Por esse motivo, fustiga as reivindicações de aspiração a uma comunidade transcendente, livre das relações de poder e de violência, de onde emerge das relações intersubjetivas a possibilidade de outra figura da transcendência, como apresentada no projeto filosófico habermasiano, a ser constituída por meio de uma pragmática da linguagem denominada de "ação comunicativa". Do mesmo modo, poder-se-ia dizer, distancia-se da postulação, elaborada pelo neopragmatismo rotyano, de que aquela comunidade seria formada progressivamente, graças à inclusão das diferenças manifestas em sociedades que preponderam a livre comunicação e a democracia, assim como uma pragmática da linguagem que cada vez mais contempla, mediante o consenso, as proposições válidas e inclui, também cada vez mais, as posições diversas.

Em relação à literatura, por sua vez, Foucault pondera que essa arte deveria abandonar seu papel em relação a uma organização da linguagem e de um uso por meio da qual se passasse algo inefável para assumir sua formulação de fábula, isto é, "de algo que deve e pode ser dito", não obstante fosse "uma linguagem de ausência, assassinato, duplicação e simulacro" (2005, p. 141), tornando possível um discurso sobre a literatura capaz de desacomodar a crítica literária de seu lugar confortável. Para além desse discurso sobre a literatura, o que a constitui como uma linguagem de simulacro tem consonância com um lugar em que não chegaria a Filosofia, perfazendo a sua duplicação e o seu assassinato, numa ausência pressentida, com objetivos, uma semiologia linguística e uma função pragmática específica. Em relação aos seus objetivos, essa pragmática apoia-se em duas figuras: uma delas é a da palavra transgressiva ou, simplesmente, a da transgressão, enquanto a outra é a da palavra repetida ou, então, a da repetição da biblioteca. Em torno dessa palavra repetida e das estratégias de transgressão, estrutu-

ra-se toda uma análise semiológica, onde se destacam a sua relação com o espaço, com a presença e, principalmente, com a ausência, assim como a compreensão de seu lugar nessa pragmática específica. E, por mais que tente dar conta do ausente, esta última o cerca, tenta exprimi-lo, constituindo-se numa espécie de simulacro da filosofia, mas importante para a consecução daquilo que o filósofo francês entende por crítica⁵ e que, nos últimos anos de sua vida, o fazem abandonar parcialmente a literatura.

Um dos motivos de tal abandono, ao que tudo indica, é que, ao analisar essa semiótica e essa pragmática que compreende a literatura, num momento em que seu projeto ocupava-se de certa arqueologia do saber, perguntando-se pelas relações de poder e compreendendo-as numa micropolítica, Foucault (2005, p. 147) a apresenta mais como uma substituta da retórica do que da poética. De acordo com Machado, haveria uma exceção a esse gradativo abandono da literatura, em fins dos anos 1970 e meados dos anos 1980, nos ensaios em que o filósofo aborda o tema da *Aufklärung* e cita Baudelaire, "ao considerar o dandismo como uma relação consigo próprio, uma elaboração de si próprio, uma criação de si próprio que tem por objetivo fazer da vida uma obra de arte" (2005, p. 134). Acresceria que, além dessa passagem tomada por muitos, como Hadot (2009), para criticar nessa figura o próprio dandismo de Foucault, há outras pistas citadas em suas entrevistas, quase no mesmo período.

Numa entrevista que concede a Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, Foucault (1995a) caracteriza essa relação consigo de um modo bastante particular, dando indicações para compreender a sua relação com a arte. Ele argumenta achar estranho que, em nossa sociedade, "a arte tenha se transformado em algo relacionado apenas a objetos e não a indivíduos ou à vida; que a arte seja algo especializado ou feita por especialistas que são artistas" (FOUCAULT, 1995, p. 261). No entanto, não se trataria de ver na eleição da vida como obra de arte a perspectiva de uma perfeição romântica, do desfrute de uma ideia de beleza aplicada à existência, como se nota em muitos lugares, como em Berkeley, tampouco de adotar uma perspectiva de que devemos nos criar artisticamente, adotando uma "noção moral de autenticidade", a fim de que, como teria defendido Sartre, "retorne a ideia de que temos que ser nós mesmos" (FOUCAULT, 1995a, p. 261). Ao contrário, diz Foucault: "não deveríamos referir a atividade criativa de alguém ao tipo de relação que ele tem consigo, mas relacionar a forma de relação que tem consigo à atividade criativa" (1995a, p. 261). Nesse sentido, a relação que temos conosco e que é comum à maioria das pessoas, poder-se-ia dizer, possui um vínculo com a atividade criativa, denominada aqui de poética, no sentido de esta auxiliar na assunção de um sentido ético para ação do ser no mundo ou, para usar uma palavra grega antiga, de sua práxis.

Conjuntamente com o pensar quais são os jogos de poder que o sujeita e quais as possibilidades ontológicas das práticas para sua liberação, nas relações de governo específicas em que esse sujeito se insere e que o fazem questionar o que concorreria

para o seu assujeitamento e o que poderia promover a sua libertação, aparece uma atividade que pode ou não ser criativa. A poética aparece como algo que, concomitantemente à ocorrência do pensar do sujeito sobre a e na própria práxis, leva a que esse mesmo sujeito se interpele em que consiste a sua substância ética, colocando-o numa relação consigo e num dobrar sobre si, para pensar-se, para assumir diante da vida uma atitude e, quem sabe, para expressar seu modo de ser no mundo, posicionando-se nele, em prol das forças que o arregimentam e o desenvolvem ou contra as tendências dessas últimas, que cerceiam o devir desse mesmo ser. Desse modo, a sua relação com a práxis não é propriamente ontológica, no sentido convencional, de uma determinação, assentada em um discurso de verdade acerca do como deveria ser o ser para que, então, viesse ao mundo ou, mesmo, da determinação da práxis por um modo de ser superior, porque universal, ao qual deveriam se ajustar todos.

Diferentemente disso, a associação da poética com a práxis tem um sentido relacional, constituindo-se numa relação com esse mundo, com as coisas e com outrem, que conduzem a uma relação consigo próprio, mobilizada pelo estranhamento de si diante do outro e na diferença que aí se repete e promove aquela experiência inflexiva do sujeito ético. Essa experiência do pensar força o sujeito a abrir-se a uma transformação, graças à transfiguração propiciada pelo outro de si provocado por aquela relação, em que se apercebe de seu aprisionamento e pressente, esteticamente, o esgotamento de sentido da própria existência. Complementarmente, ela mobiliza esse mesmo sujeito a assumir uma atitude ética de afirmação da própria vida, mesmo quando o mundo e, particularmente, os governos (dos outros e de si) que a compreendam digam não, impelindo-o a resistir a estes últimos e engajar-se em lutas em prol de sua liberação. Nessa perspectiva, a ontologia relacional da diferença, suscitada na relação do sujeito com o outro, promove uma atividade criativa ou poética na relação daquele consigo próprio e na medida de sua recriação, enquanto, por intermédio de sua exposição e expressividade no mundo, produz uma práxis voltada a tornar mais frouxos os dispositivos de subjetivação, para que as diferentes expressões e os diversos ethos que a constituem sejam, antes de incluídos, simplesmente aceitos, no movimento agônico que move a sociedade.

Se aquela poética, vinculada a essa práxis, advoga um discurso ou uma política de verdade, nessa vinculação da ética com a política da perspectiva da estilística da existência, o trabalho para consigo mesmo consiste em o sujeito articular aquele discurso que enuncia com o seu próprio modo de ser, de se expor na vida e de se posicionar no mundo. Nesse sentido, essa prática de si reafirma, eticamente, a sua diferença singular no corpo social, potencializando a vida onde a biopolítica procurou cerceá-la, para usar outra conhecida expressão foucaultiana. Com vistas a desacomodar as cristalizações identitárias, as hierarquizações, normas e os regulamentos instituídos, que destituem

a vida e que emperram as práticas em que os sujeitos podem se sentir mais livres, o trabalho para consigo mesmos institui-se também, nessa linha, numa pragmática própria.

Para Foucault, a "análise da pragmática do discurso é a análise dos elementos e dos mecanismos pelos quais a situação na qual se encontra o enunciador vai modificar o que pode ser o valor ou o sentido do discurso" (2010, p. 65). Admitindo-se a possibilidade de essa pragmática incidir sobre o discurso desse enunciador sobre si mesmo, teríamos uma situação da análise de como um sujeito pode modificar-se com os próprios enunciados de seu discurso, caso não sejam meramente retóricos e estejam imbuídos da verdade e, particularmente, do que se denominou de "parresía", isto é, do falar franco, ainda que na relação com o outro essa franqueza coloque o enunciador à prova e a sua vida em risco, ao dizer algo perigoso ou que cause a cólera do destinatário. A esse respeito, diz Foucault:

O enunciado, o ato e enunciação vão, ao mesmo tempo, afetar de uma maneira ou de outra o modo de ser do sujeito e fazer pura e simplesmente [...] que aquele que disse a coisa a tenha dito efetivamente, por um ato mais ou menos explícito, ao fato de tê-la dito. Essa retroação, que faz com que o acontecimento do enunciado afete o modo de ser do sujeito ou que, ao produzir o acontecimento do enunciado, o sujeito modifique ou afirme, ou em todo caso determine e precise, qual é o seu modo de ser na medida em que fala, pois bem, é isso, a meu ver, que caracteriza um outro tipo de fatos de discurso totalmente distintos dos da pragmática. E o que poderíamos chamar, vamos dizer, [...] de "dramática" do discurso é a análise desses fatos do discurso que mostra como o acontecimento da enunciação pode afetar o ser do enunciador. [...]. A análise da parresía é a análise dessa dramática do discurso verdadeiro que revela o contrato do sujeito falante consigo mesmo no ato do dizer-a-verdade (2010, p. 66).

A análise dessa pragmática teria essa dramática do discurso, que, no limite, incidiria sobre o acontecimento da enunciação, que poderia transformar o próprio ser que o enuncia de modo a transformá-lo na relação com o outro, algo que indicaria certa aproximação com a poética. Isso porque a dramática analisaria a transformação de si no ato de sua enunciação discursiva, assim como os efeitos que produziria essa presentificação da verdade vivida pelo próprio ser, enquanto substância ética, por assim dizer, dos sujeitos. E, ao mesmo tempo, faria parte de uma pragmática de si que constitui, por elementos não apenas discursivos, como também não discursivos, a formação dos sujeitos, por meio de dispositivos de subjetivação.

Tal pragmática é entendida pelo autor como uma *prágmata* própria da filosofia, presente desde a filosofia socrática e demarcada como um conjunto de práticas, dificuldades e desafios que a constituem e que se responsabilizam pelo percurso formativo dos sujeitos que a conduzem e que a aplicam em suas ações cotidianas, fazendo dela um modo de existência ou uma forma de vida. Essa *prágmata*, que pode ser denominada de "pragmática de si", exige desses mesmos sujeitos uma conversão não somente de seu olhar para a alma, com vistas a cultivá-la e, na

contemplação das ideias, estabelecer uma relação com o divino, como também da decisão diante das escolhas a fazer diante de que condutas devem reger a sua vida – não após a morte –, mobilizando uma atitude e formando um modo de ser filosófico que demandam um longo e constante trabalho de si sobre si mesmo, que tem por objeto o próprio sujeito. Nisso consiste o real ou efetivo da filosofia, isto é, em um conjunto de práticas, de exercícios, enfim, uma pragmática de si pela qual "o sujeito tem relação consigo mesmo, se elabora a si mesmo, trabalha sobre si" (FOUCAULT, 2010, p. 221).

Nesse trabalho de si sobre si, constitutivo da pragmática de si, há uma dramática a ser analisada, narrada pelas dificuldades da constituição de si mesmo, de suas deficiências e desafios, aprendidos pela leitura, pela notação escrita, pelas correspondências e pelos registros narrativos dessa formação, denominada de "escrita de si". Uma vez articulada àquela pragmática, essa dramática narra um devir do ser do sujeito e faz-se um instrumento importante para uma forma de expressividade artística e para escolher estratégias de seu modo de exposição no mundo, que pode ser denominada de "poética de si". Na pragmática, essa poética é estrategicamente central para dar voz ao modo de ser e à verdade vivida, auxiliando-a em sua expressividade, assim como em um modo de os sujeitos em torno do qual circula e trabalha tornarem-se presentes no mundo. Dessa forma, esses sujeitos não apenas enunciam discursos que colocam em circulação em consonância com o que, provisoriamente, são e pensam, como também se manifestam corporal e gestualmente, apresentando hábitos e costumes que exprimem o que é seu devir, consonando e dissonando, com os modos de ser existentes, às normas e aos regulamentos que os conformam, movidos por uma ontologia relacional da diferença.

Tanto aquela expressividade do modo de vida quanto essa exposição poética de si no mundo, contida nessa dramática constitutiva de uma pragmática discursiva como a exposta e materializada em uma escrita de si, parecem colaborar para a relação consigo necessária à constituição ética dos sujeitos, assim como para situá-los em sua ação política ou sua práxis à luz dessa ontologia relacional da diferença ou do que poderíamos referenciar como uma poética da diferença. Se essa pragmática de si, nos termos adotados pelo filósofo francês, é pertinente para elucidar genealogicamente uma tradição como a da filosofia como arte de viver e para diagnosticar o esvaziamento do sentido ético na atual prática política, a pergunta que resta fazer é se a dramática a ela subjacente, caracterizada aqui como uma poética da diferença, teria algum (e qual?) sentido na práxis educacional atual.

Possibilidades da poética da diferença na pragmática do ensino e da aprendizagem

Para responder a essa pergunta, parece ser necessário esboçar alguns indicativos para um diagnóstico sob a ótica foucaultiana acerca da restrição da práxis educacional, na atualidade, a uma pragmática do ensino ou da aprendizagem. Para tanto, recorro a duas passagens, ao menos, de seus últimos escritos, com o intuito de pensar o possível lugar da poética da diferença na pragmática do ensino e da aprendizagem, os seus efeitos éticos e políticos, na atividade docente.

A primeira passagem refere-se ao momento em que, ao analisar como se exerce o poder após a criação do Estado moderno, no conhecido ensaio "The subject and power" - publicado, em 1982, na Critical Inquiry -, dando o exemplo da instituição escolar, o filósofo francês argumenta que se efetua na forma de um "bloco" de capacidade-comunicação-poder', formado graças à sua "organização espacial, o regulamento meticuloso que rege a sua vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definidos" (1995b, p. 241). Ademais, as atividades desenvolvidas nessa instituição mobilizam capacidades, desenvolvendo certas aptidões nos personagens que aí se encontram e o aprendizado de certas condutas, por um conjunto de comunicações reguladas capazes de transmitir e fazer circular a verdade de formas diversas e pelo exercício de um poder que distribui os sujeitos em reações hierárquicas, classificatórias e normalizadoras. Sincronizando-se com outros "blocos" semelhantes, distribuídos pelas diversas instituições e artes de governo, que exercem formas de governo do outro desde a criação do Estado Moderno, para que cada indivíduo da população exerça sobre si o próprio governo, a escola cumpre, historicamente, papéis políticos importantes como instituição e como local em que se exerce a arte de governo pedagógica na modernidade.

Embora a capacidade, as relações de poder e a comunicação nesses "blocos" em que o poder é exercido estejam inter-relacionadas, historicamente, um bloco se sobrepõe a outro, sendo prioridades dessa instituição em conformidade ou diacronia com outras instituições, numa espécie de múltiplas forças que se exercem não apenas verticalmente, como também transversalmente para a formação do corpo social e para a atuação sobre o corpo de cada indivíduo nas sociedades modernas. Em uma interpretação ligeira, com essas indicações, é possível dizer que a escola, ao exercer uma função disciplinar, nos séculos XVII e XVIII, atua, preponderantemente, para estender o poder pastoral e para docilizar os corpos dos indivíduos, regulando-os em certos espaços, tempos, regulamentos, para que a população se forme, homogênea e pacificamente, como objeto de governo do Estado moderno.

A partir do final do século XIX e meados do XX, o que prepondera nessa instituição é o paradigma da fábrica, sugerindo que passa a mobilizar capacidades nos indivíduos que a frequentam, para que tenham os conhecimentos e as habilidades necessárias para o exercício de uma profissão no mercado de trabalho, assim como os recursos materiais e emocionais para o consumo. Algo que parece ter se estendido até nossos dias, porém, com a variação da primazia da necessidade da comunicação como veio regulamentador e normalizador das condutas a serem ensinadas e, principalmente, aprendidas nessa instituição para fomentar modos de transmissão, de circulação e de formação da verdade que dependem da informação pontual, do *marketing*, para alimentar o consumo e um governo sobre a vida, denominado de "biopolítico", à custa de seu esvaziamento.

É nessa função pela qual esse bloco capacidades-poder-comunicação se exerce que a pragmática do ensino e da aprendizagem ganha relevo, graças à conversão de uma práxis como a educativa em uma atividade como o ensino e as suas tecnologias de si que, na escola, passa a ter uma restrição do governo pedagógico e da pedagogia, em nome de certa eficiência do aprendizado e performatividade determinada por um ato destinado a transformar o outro. Essa transformação do outro, que circula no âmbito dos saberes pedagógicos como um meta-discurso filosófico da educação que aspira a emancipação desse outro, dar-se-ia por intermédio da transmissão de conhecimentos por aquele que já os possui, dotando os sujeitos que ainda não apresentam capacidades, habilidades e conhecimentos, mas, raramente, oferecendo condições de um trabalho sobre si mesmo e para a formação de atitudes éticas diante da vida. Essa constatação sugere uma segunda passagem de um dos últimos cursos de Michel Foucault (2004), intitulado Hermenêutica do sujeito, quando, ao abordar a temática da transmissão da verdade e suas implicações com a parresía, faz uma diferenciação entre a pedagogia e psicagogia existente no processo de governo das almas e, especialmente, de condução das condutas, na Antiguidade greco-romana.

Foucault diz ser possível chamar de pedagógica "a transmissão de uma verdade que tem por função dotar um sujeito qualquer de aptidões, capacidades, saberes, etc., que ele antes não possuía e deverá possuir no final desta relação pedagógica" (2004, p. 493). Por sua vez, denomina psicagogia "a transmissão que não tem por função um sujeito qualquer de aptidões, etc., mas modificar o modo de ser do sujeito a quem nos endereçamos" (FOUCAULT, 2004, p. 493). Se, na genealogia da práxis educativa, na Antiguidade greco-romana, a relação psicagógica está bastante próxima da relação pedagógica, ao ponto de ambas serem experimentadas como – e se constituírem em – paideia, em seu desenvolvimento subsequente, e, particularmente, com o advento do cristianismo, a primeira vai sendo relegada a

um segundo plano e até mesmo abandonada por um tipo de poder pastoral. É com as alterações desse poder pastoral, gestadas com o advento do Estado Moderno e a sua introdução na escola como local que se responsabiliza por uma arte de governo da infância, que se vê, primeiro, uma restrição da aspiração à formação cultural (Bildund), à educação (erziehung) moral produzida por essa instituição com vistas a formar um corpo social ou uma população mediante a docilidade dos corpos e a disciplinarização dos indivíduos. Essa governalização descendente não apenas verticaliza, como também se altera em razão das rebeliões dos corpos e das revoltas da população, que, por sua vez, rearranjam as estratégias do poder, desenvolvendo as artes de governo e aprimorando as tecnologias de si no sentido de tornar mais eficiente e funcional a chamada biopolítica da população.

A práxis educativa aí desenvolvida, desse modo, cada vez mais se reduz, inicialmente, ao domínio de determinadas técnicas, habilidades e capacidades que podem ser operadas, a partir do século XX, por meio de uma transmissão da verdade e da comunicação de saberes que habilitam e capacitam, pedagogicamente, os sujeitos para atuarem nos mercados de trabalho e de consumo, sem qualquer necessidade de sua transformação, psicagógica, até porque nisso residiria a eficiência preponderante nesse registro biopolítico. Posteriormente, desde as últimas décadas do século XX, vê-se uma redução ainda maior do que restou daquela práxis a uma pragmática do ensino e, depois, da aprendizagem, que consiste em alinhar esta última à aquisição de capacidades e de habilidades, desenvolvidas graças à transmissão de uma verdade e à comunicação de saberes e técnicas, que simplesmente dotam os sujeitos a quem se destinam de informação, técnicas e conhecimentos com a finalidade de promover o desenvolvimento. A pedagogia parece, nesse contexto, restringir-se à função de promover, por intermédio da transmissão de uma verdade, calcada em conhecimentos indiscutíveis e informações, a aquisição de habilidades e o desenvolvimento de competências, levando ao extremo um tipo de treinamento físico, moral e intelectual que quase nada reivindica ou provoca acerca da transformação dos sujeitos a quem se destina, psicagogicamente, com vistas a formar atitudes diante da vida, pensá-las e exprimi-las diante de um mundo, num processo em que a transformação de si mesmos implica na própria transformação do mundo.

Considerações finais

Diante desse diagnóstico, a discussão apresentada na primeira parte deste ensaio parece assumir um papel político importante, chamando nossa atenção para a necessidade de buscarmos efeitos éticos esperados para uma pragmática de si,

sobretudo quando esta invoca a sua dimensão dramática ou, por assim dizer, a poética da diferença no ensino. Isso porque o trabalho de si sobre si em que consiste aquela pragmática e que se estabelece numa relação com outrem, com quem, mais do que transmitir uma verdade por meio de um discurso enunciado, coloca em circulação elementos não discursivos, toda uma gestualidade e uma emotividade, tornando crucial o recurso à poética. Com efeito, a poética não somente é o recurso ao gênero da racionalidade ou de qualquer pragmática responsável por exprimir ou comunicar estas últimas aos outros, como também é uma ferramenta que propicia um pensar acerca de como expressamos o que de mais nebuloso há no que somos, colocando-nos em movimento enquanto sujeitos, dirigindo nosso olhar para aquilo que se diferencia do que representamos. Tal movimento, antes ou concomitantemente ao seu uso como racionalidade ou na pragmática, requer um dobrar dos sujeitos sobre seus próprios ethos, sobre o que são, em busca de dirigir o olhar para o que deles se diferencia e convidando-os a uma transformação do que são, graças à relação com o outro - entendido tanto como um outro de si mesmo quanto como outrem, isto é, aquele que provoca pelo que é certo estranhamento naquilo que somos, dobrando-nos sobre um outro de si.

Não se trata de entendê-la aqui como um elemento qualitativo que unifica a face moral e intelectual da atividade e, reflexivamente, nos termos assinalados por Hansen (2004), para integrá-la ao pensamento que dá sentido à experiência educativa. Ao contrário de unificação do sentido dessa experiência e de integração ao pensamento, a poética é aqui tomada como provocadora da dispersão dos sentidos, sendo, justamente, o que coloca em tensão o pensamento, por relacioná-lo ao fato de os conceitos que produz, os métodos que utiliza e as linguagens que articula não darem conta de compreender aquilo que lhe escapa, a experiência em sua forma inapreensível, mas não indizível.

Se, na relação com o outro e com essa pragmática da transmissão requerida pela pedagogia, os educadores poderiam sofrer certa transformação de si e, quem sabe, tornar a sua atividade pedagógica parte de uma vida experimentada como obra de arte, nos dias de hoje, tanto aquela relação quanto essa transformação parecem proscritas do exercício do magistério. Ao reconstruir genealogicamente a face *psicagógica* que compreende a pedagogia, na Antiguidade, o filósofo francês parece invocar no sujeito que a empreende, o educador, uma disposição ou uma atitude de coragem necessária à sua auto(trans)formação e um desejo de verdade ética exigida pela filosofia como modo de vida. A meu ver, esses desafios éticos lançados pela estética da existência ainda persistiriam na atual pragmática do ensino, auxiliando a interpelar a nós mesmos como educadores.

Afinal, teríamos ou não coragem de experimentar situações que propiciariam a mudança de nosso estilo de ser e, consequentemente, de nossa filosofia na atividade pedagógica e na relação com o outro que propicia? Teríamos ou não condições de fazer, de produzir, por intermédio dessa atividade, efeitos não somente pedagógicos, como também psicagógicos, em nós mesmos e nossos alunos? Se esses efeitos fossem possíveis e a atitude ética mobilizada pelo trabalho de si sobre si, caracterizado aqui como uma poética da diferença, quais os significados políticos de seus usos para a atualidade? Ao nos voltarmos sobre essas questões e ao assumirmos a poética da diferença como recurso estilístico e filosófico na práxis educativa, parece importante nos liberarmos das imagens que capturam o que somos, na qualidade de educadores, e nos recriarmos, inventando outras formas de subjetivação entre os dispositivos operantes na escola. Tal pragmática de si e a poética da diferença que a compreendem podem constituir-se em uma atitude de resistência estrategicamente importante nos jogos de poder existente nessa instituição e eticamente necessária à atividade docente para problematizar a atual pragmática do ensino e da aprendizagem, conferindo um sentido político prenhe de significados e de vida a uma práxis educativa que destituiu esta última e transformou aqueles em um ato vazio para o educador. Não obstante se possa argumentar que essa dramatização de si caracterizada pela poética da diferença tenha seus limites políticos em uma pragmática do ensino e da aprendizagem - na medida em que não dispõe de ferramentas para transformar a outrem nos termos pressupostos pela práxis educativa -, esse exercício de si sobre si, de pensar-se e de expor-se pode torná-la mais visível e com algum sentido para o sujeito ético que empreende essa ação, mesmo em instituições que a proscrevem, como a escola. Nesse sentido, a pragmática de si e a poética da diferença podem contribuir efetivamente para tornar visíveis os aspectos subjetivos e éticos do devir desse sujeito na práxis educativa e concorrer para que, ao pensá-los, possa colaborar para a transformação de si do outro a quem a sua ação destina-se, dando contornos e lançando novos desafios à atual pragmática do ensino e da aprendizagem.

The ethical sense of the dramatic of self and the political significance of poetics in teaching pragmatics: considerations in the light of Foucault

Abstract

This essay discusses the theme of poetics in teaching activity, and discusses its possible ability to think about the ethical-formative sense and its possible political use to propose alternatives to the educational praxis that is restricted, in actuality, a pragmatic teaching. From the point of view of aesthetics of existence, therefore, we proposes a particular notion of poetic, fairly close to what can be understood by the dramatic that underlies the pragmatic of you last Foucault, as well as analyzes your chances to problematize the current pragmatic teaching. Thus, we look forward to assist the educator thinking both the possibility of ethics (self) transformation as the meaning of formation of another in his educational activity.

Keywords: Poetics. Pragmatics of self. Educational praxis. Foucault.

Notas

- ¹ Muitos outros trabalhos, também, denunciaram essa conversão da práxis educativa em uma pragmática do ensino ou do aprendizado, porém, sem usar precisamente essas expressões. Autores como Chauí (1984) preferiram empregar a expressão da conversão de uma arte em ciência para caracterizar a morte de uma arte milenar; outros, como Fernando Bárcena (2005) e Cláudio Dalbosco (2007), procuraram mostrar como a práxis em que consiste a ação educativa restringiu-se a uma de suas dimensões técnicas, a poiesis, entendida como um modo de trazer ao mundo por intermédio da arte o modo de ser de um objeto; por fim, em outra ocasião, Pagni (2011b) tentou compreender o papel ocupado por essa dimensão poética dessa práxis numa pragmática do ensino, mas sem precisar adequadamente esta última, tampouco almejar a restituição daquela, numa análise em que compreendesse genealogicamente a sua emergência enquanto parte da comunicação contida na relação professor e aluno e que mobiliza atos de ensino e de aprendizagem. Nessa ocasião, almejo fornecer pistas para compreender a emergência da escola como uma instituição que se concentra naquela comunicação e de práticas que mobilizam nos sujeitos esses atos, recorrendo a uma pragmática linguística por vezes simplista demais e, por assim dizer, quase ostensiva.
- ² Sobre tal conversão, conferir Pagni (2010).
- ³ Uma análise mais detalhada dessa tensão pode ser encontrada em Giorgio Agamben (2005).
- ⁴ Essas diferenças foram exploradas, parcialmente, por Pagni (2012b).
- ⁵ De acordo com Foucault (2000), a crítica estaria associada a uma constante atitude de não querer ser governado de determinada forma, nas relações estabelecidas pelo sujeito com outro, nas e entre as artes de governo, bem como a uma busca por táticas e estratégias que permitissem modos de existências cada vez mais livres, nos jogos de força compreendidos por essas relações, possibilitando processos de subjetivação nessa direção.

Referências

AGAMBEN, G. Infância e história: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Humanitas, 2005.

BÁRCENA ORBE, F. El delirio de las palavras: ensayo para uma poética del comienzo. Barcelona: Heder Editorial, 2004.

_. La experiência reflexiva en educación. Barcelona: Paidós, 2005.

CHAUÍ, M. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). O educador: vida e morte. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 51-70.

DALBOSCO, C. A. Pedagogia filosófica: cercanias de um diálogo. São Paulo: Paulinas, 2007.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 253-278 [apêndice 2ª Edição].

O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetòria filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p. 231-249 [apêndice].
O que é crítica? (Crítica e Aufklärung). <i>Cadernos da FFC (Marília)</i> : Foucault – História e os destinos do pensamento, v. 9, n. 1, p. 169-189, 2000.
Hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
Linguagem e literatura. In: MACHADO, R. Foucault, a filosofia e a literatura. 3. ed. Ridde Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 137-154 [anexo].
O governo de si e dos outros. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
HADOT, P. Exercises spirituels et philosophia antique. Paris: Albin Michel, 2002 [Nouvelle editión revue et augmentée].
HADOT, P. <i>La filosofía como forma de vida</i> : conversaciones con Jeannie Carlier y Arnold I. Davidson. Barcelona: Ediciones Alpha Decay, 2009.
HANSEN, D. Uma poética do ensino. Educação em Revista, v. 6, n. 1, p. 95-128, 2004.
MACHADO, R. $Foucault$, a filosofia e a literatura. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2005.

MATOS, O. Filosofia, a polifonia da razão: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1997.

PAGNI, P. A. Infância, arte de governo pedagógica e cuidado de si. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 99-123, set./dez. 2010.

. Dos cantos da experiência aos desafios da arte de viver à educação: um percurso da experiência estética à estética da existência. Marília: Unesp, 2011a [tese de livre-docência].

_. Do inumano na arte à sua expressividade na atividade docente. In: VILELA, Eugénia (Org.). Sismografias, Estética(s) e Arte. Porto: Edições Afrontamentos, 2011b. v. II. p. 115-128.

. Entre o discurso filosófico e a filosofia como modo de vida: aprender, ensinar e/ou experimentar?. In: XAVIER, I. M.; KOHAN, W. O. (Orgs.). Filosofar: aprender e ensinar. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, v. 1, p. 141-156.